



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Controladoria-Geral da União - CGU
2003/2004

**Analista de Finanças
e Controle**

Prova 3

**AUDITORIA E
FISCALIZAÇÃO**

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Finanças Públicas	01 a 15	2
Auditoria	16 a 30	
Políticas Sociais e de Infra-Estrutura no Brasil	31 a 45	
Contabilidade	46 a 60	

Boa Prova !

FINANÇAS PÚBLICAS

- 01- A necessidade de atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Assim, é correto afirmar que
- a) a função distributiva do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos eficientemente pelo sistema de mercado.
 - b) a função alocativa do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego.
 - c) o governo funciona como agente redistribuidor de renda através da tributação, retirando recursos dos segmentos mais ricos da sociedade e transferindo-os para os segmentos menos favorecidos.
 - d) a função estabilizadora do governo está relacionada ao fato de que o sistema de preços não leva a uma justa distribuição de renda.
 - e) a distribuição pessoal de renda pode ser implementada por meio de uma estrutura tarifária regressiva.
- 02- É de conhecimento geral que, por várias razões históricas, o Estado assumiu em vários países de industrialização tardia ou subdesenvolvidos uma função central na promoção do desenvolvimento econômico, inclusive no Brasil. Identifique a opção falsa.
- a) No Brasil, o Estado, para viabilizar o processo de industrialização, assumiu a incumbência de desenvolver o setor de bens intermediários e gerar a infra-estrutura.
 - b) As empresas estatais, no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), conforme determinação governamental, só podiam ter acesso ao crédito interno.
 - c) O Estado brasileiro atuou no desenvolvimento do setor siderúrgico, da exploração de petróleo, do setor petroquímico, entre outros.
 - d) Além do grande esforço na tentativa de redirecionamento da poupança interna para os projetos do II PND, houve uma grande participação de empréstimos externos no financiamento dos programas de investimentos.
 - e) Observou-se, ao longo do processo de desenvolvimento nacional brasileiro, a constituição de um setor produtivo que ocupava os espaços que não estavam ao alcance do setor privado propriamente dito.
- 03- Se a dívida pública de um país era de 25% do PIB no ano t e passou a ser 32,0% do PIB no ano $(t+5)$, determine qual foi o crescimento real anual médio dessa dívida, entre esses dois anos, considerando que o PIB teve um aumento real de 2,3% ao ano.
- a) 7,5 % ao ano
 - b) 10,5 % ao ano
 - c) 15,0 % ao ano
 - d) 7,3 % ao ano
 - e) 8,7 % ao ano
- 04- Nos últimos anos, tem-se assistido a freqüentes manifestações sobre a necessidade de um novo pacto federativo, que elimine a tensão que volta e meia se manifesta sob a forma de conflito nas relações intergovernamentais. Escolha a opção incorreta relacionada à globalização, regionalismo e federação.
- a) Em um novo pacto federativo, a autonomia deverá estar mais associada à flexibilidade no uso e à estabilidade dos recursos financeiros do que a liberdade para tributar.
 - b) A harmonização da política tributária não afeta a autonomia dos entes federados, centrada na repartição das competências impositivas e no mecanismo de repartição de receitas constitucionalmente definidos.
 - c) O período 1988-1998 sofreu influência de uma instável conjuntura econômica que afetou fortemente o campo fiscal e acabou por reverter parte significativa dos avanços alcançados no rumo da descentralização.
 - d) A manutenção do federalismo requer a existência de instituições independentes em cada um dos níveis de governo.
 - e) Quando as desigualdades regionais são grandes, o equilíbrio entre repartição de competências e a autonomia federativa depende de um eficiente sistema de transferências compensatórias.

05- A justificativa para o que foi denominado ciclo político invertido baseou-se no argumento da existência de restrições políticas ou sociais à adoção de medidas fiscais impopulares. A promoção do desenvolvimento e o esforço no sentido de minimizar os conflitos sociais formam, naturalmente, parte do ideário de qualquer governo. O que caracteriza as políticas populistas, de acordo com seus críticos, seria a combinação de quatro fatores. Identifique o fator que não é pertinente.

- a) O ativismo governamental.
- b) O redistributivismo a qualquer custo.
- c) A afirmação das conseqüências positivas decorrentes de elevados déficits fiscais.
- d) A tentativa de promover o crescimento econômico, independentemente das condições de contexto.
- e) A ausência da percepção da existência de restrições macroeconômicas.

06- Com base na Teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção falsa.

- a) Um bem público puro é caracterizado por ter seu consumo não rival e não excludente.
- b) Bens privados são aqueles cujo consumo é tanto rival quanto excludente e são providos eficientemente em mercados competitivos.
- c) A exclusão permite que o produtor do bem privado possa ser pago sempre que um consumidor fizer uso do mesmo.
- d) Um exemplo de bem público puro é segurança nacional.
- e) Há rivalidade no consumo de um bem se o consumidor desse bem por parte de uma pessoa aumenta a disponibilidade do mesmo para as outras.

07- Para atingir os objetivos de política econômica, o governo dispõe de um conjunto de instrumentos. Entre eles estão a política fiscal, monetária e cambial. Assinale a opção incorreta.

- a) A política cambial corresponde a ações do governo que atingem diretamente as transações internacionais do país.
- b) A política fiscal pode ser dividida em política tributária e política de gastos públicos.
- c) Para controlar as condições de crédito, o governo utiliza a política monetária.
- d) Quando o governo aumenta seus gastos, diz-se que a política monetária é expansionista e, caso contrário, é contracionista.
- e) Por meio da política cambial, o governo pode atuar no mercado de divisas de vários países.

08- Os modelos macroeconômicos procuram analisar o comportamento dos gastos públicos durante o tempo. Os modelos que tentam associar o crescimento dos gastos públicos com os estágios de crescimento do país foram desenvolvidos por

- a) Peacock, Wiseman e Wagner.
- b) Adolpho Wagner.
- c) Peacock, Wiseman e Herber.
- d) Musgrave, Rostow e Herber.
- e) Musgrave, Rostow e Kay.

09- De acordo com a teoria da tributação, aponte a única opção incorreta.

- a) Os impostos específicos são aqueles cujo valor do imposto é fixo em termos monetários.
- b) Os impostos ad-valorem são aqueles em que se tem uma alíquota de imposto e o valor arrecadado depende da base sobre a qual incide.
- c) Os impostos específicos são pró-cíclicos.
- d) O sistema tributário deve poder conter o processo de crescimento desajustado, atuando, muitas vezes, de forma contracíclica.
- e) Um sistema tributário é progressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes diminui conforme a renda aumenta.

10- Pesquisando as experiências na área orçamentária podem-se encontrar diversos processos de elaboração de orçamento nos quais a presença de maior ou menor grau de ação planejada provoca grandes contrastes. Assinale a definição que identifica o orçamento de desempenho.

- a) Processo orçamentário que se apóia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo.
- b) Processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto.
- c) Processo orçamentário que representa duas dimensões do orçamento: objeto de gasto e um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas.
- d) Orçamento elaborado por meio de ajustes marginais nos seus itens de receita e despesa.
- e) Processo orçamentário que se apóia no critério de alocação de recursos por meio do estabelecimento de um quantitativo financeiro fixo.

- 11- A receita da administração pública pode ser classificada quanto à natureza, ao poder de tributar, à coercitividade, quanto à afetação patrimonial e quanto à regularidade. Marque a opção falsa.
- Quanto à afetação patrimonial, as receitas são classificadas em orçamentárias e extra-orçamentárias.
 - Quanto ao poder de tributar, a receita é dividida conforme a discriminação constitucional das rendas, em federal, estadual e municipal.
 - Quanto à coercitividade, as receitas podem ser divididas em originárias e derivadas.
 - Quanto à regularidade, as receitas podem ser desdobradas em ordinárias e extraordinárias.
 - Na classificação quanto à natureza, diz-se que as receitas tributárias e as receitas de contribuições são exemplos de receitas correntes.
- 12- O Plano Plurianual de 2000-2003 do governo brasileiro, que recebeu o nome de Avanço Brasil, contém mudanças de grande repercussão no sistema de planejamento e orçamento do Governo Federal. Segundo o conteúdo desse plano, identifique a única opção que não é pertinente.
- Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes que aportam ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento nacional.
 - O desenvolvimento sustentável contava com a grande capacidade de geração de poupança interna e com a força do mercado de capitais para o financiamento de longo prazo, necessário para viabilizar os novos investimentos em infraestrutura e ampliar o número de empresas instaladas no País.
 - Diante das restrições fiscais, os recursos foram alocados para setores essenciais à retomada do crescimento e para as demandas sociais mais críticas.
 - Os investimentos necessários ao desenvolvimento não seriam somente tarefa do setor público. A parceria entre governo, iniciativa privada e a sociedade organizada seria indispensável para alcançar os objetivos econômicos e sociais.
 - Para crescer de forma consistente, o país precisaria consolidar a estabilidade econômica e essa estabilidade só estaria garantida com um efetivo ajuste fiscal.
- 13- Com relação à despesa pública, identifique a que natureza de categoria de programação orçamentária corresponde o pagamento de sentenças judiciais.
- atividades
 - projetos
 - programas
 - planejamento prévio
 - operações especiais
- 14- Com relação à análise custo-benefício de projetos e programas governamentais, identifique a opção incorreta.
- O valor econômico dos benefícios tangíveis de um projeto em um mercado de competição perfeita é avaliado pelos preços de mercado e os benefícios precisam ser ajustados adequadamente.
 - Se os benefícios excedem os custos, o projeto pode conduzir a uma mais eficiente alocação de recursos.
 - A análise de custo-benefício não é um substituto para o processo político, uma vez que é um método de escolha para projetos alternativos, depois que o valor dos benefícios é determinado.
 - Na identificação e mensuração de custos e benefícios, a questão mais importante refere-se ao tratamento das externalidades.
 - Benefícios reais de um projeto são aqueles derivados de seus usuários finais.
- 15- O processo de privatização no Brasil pode ser dividido em três fases: a que ocorreu ao longo dos anos 80, a que foi de 1990 a 1995 e a que se iniciou em 1995. Com relação ao processo de privatização no Brasil, aponte a única opção falsa.
- A primeira fase correspondeu a um processo de "re-privatização", cujo principal objetivo foi o saneamento financeiro da carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
 - A segunda fase privilegiou a venda de empresas dos setores industriais, como a siderurgia, petroquímica e fertilizantes.
 - A terceira fase caracterizou-se, principalmente, pela privatização dos setores públicos, com destaque para os setores de energia elétrica e telecomunicações.
 - A terceira fase apresentou como ponto importante o lançamento do Plano Nacional de Desestatização (PND).
 - A partir de 1990, o processo de privatização esteve inserido em uma estratégia geral de governo, que contemplava a promoção das chamadas "reformas de mercado".

AUDITORIA

16- De acordo com o decreto nº 3.591/2000, são técnicas de trabalho do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal para a consecução de suas finalidades:

- a) auditoria e autuação.
- b) auditoria e fiscalização.
- c) perícia e fiscalização.
- d) fiscalização e autuação.
- e) auditoria e a perícia.

17- O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades:

- () Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- () Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- () Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Com relação às sentenças acima, assinale com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas e indique a opção correta.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) F, F, V
- d) F, F, F
- e) V, F, F

18- Assinale a assertiva incorreta.

A contratação de empresas privadas de auditoria pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Federal indireta será admitida, quando comprovado, junto ao Ministro supervisor e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal,

- a) existir impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente pela Secretaria Federal de Controle Interno.
- b) evidenciar-se impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente por órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.
- c) existir a obrigatoriedade estatutária de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes.

- d) tratar-se das Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil e dos fundos por ele administrados.
- e) que a auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta requer seus trabalhos.

19- De acordo com a Lei nº 8.443/1992, o Tribunal de Contas da União, ao determinar as contas regulares com ressalva, exigirá do responsável a adoção de medidas necessárias para

- a) a manutenção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- b) a correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a manter a ocorrência de outras semelhantes.
- c) ocultar as impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- d) a correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.
- e) a solução das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a facilitar a ocorrência de outras semelhantes.

20- Em conformidade com a Lei nº 8.443/1992, o Tribunal de Contas da União poderá, a vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo, após a publicação da decisão terminativa no Diário Oficial da União, e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas, desde que não tenha decorrido mais de

- a) 1 ano.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 6 anos.
- e) 10 anos.

21- Às decisões proferidas em processos de tomada ou prestação de contas, cabem recursos de:

- a) reconsideração, embargos de declaração e revisão.
- b) reconsideração, suspensão e anulação.
- c) revisão, desconsideração e arquivamento.
- d) embargos de declaração, recomendação e fiscalização.
- e) anulação, embargos de declaração e retificação.

- 22- Após a posse do auditor, o mesmo só perderá o cargo por
- determinação de Procurador Geral da União.
 - sentença administrativa transitada em julgado.
 - sentença judicial transitada em julgado.
 - determinação dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
 - determinação do Presidente da República sem recurso.
- 23- Para alteração do regimento interno do Tribunal de Contas da União é necessária aprovação por
- maioria simples dos auditores e ministros titulares.
 - três quintos dos ministros titulares.
 - cinquenta por cento dos ministros titulares.
 - cinquenta e um por cento dos auditores e ministros titulares.
 - maioria absoluta de seus ministros titulares.
- 24- É função do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal prestar
- consultoria aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - orientação aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - serviços de elaboração de relatórios contábeis aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - serviços advocatícios aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
 - assessoramento jurídico aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno.
- 25- A responsabilidade pela consolidação dos planos de trabalho das unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta é da
- Comissão de Coordenação de Controle Interno.
 - Controladoria-Geral da União.
 - Advocacia Geral da União.
 - Secretaria Federal de Controle Interno.
 - Secretaria de Controle Interno da Casa Civil.
- 26- Assinale a opção que não representa princípio de controle interno administrativo.
- controle independente do custo
 - instruções devidamente formalizadas
 - controle sobre as transações
 - aderência a diretrizes e normas legais
 - segregação de funções
- 27- As variáveis básicas utilizadas em todas as fases do processo de planificação dos trabalhos de controle são fundamentais. Determinadas variáveis apresentam-se com maior destaque ou contribuição para o processo. Essas variáveis são:
- Relevância - Criticidade - Continuidade
 - Criticidade - Uniformidade - Irrelevância
 - Descontinuidade - Relevância - Materialidade
 - Materialidade - Relevância - Criticidade
 - Uniformidade - Materialidade - Continuidade
- 28- Concluídos os trabalhos de campo, após os esclarecimentos apresentados pelas áreas auditadas, o titular do órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, responsável pela realização da auditoria, dará conhecimento
- informal do Relatório prévio ao dirigente máximo da unidade/entidade auditada, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - formal do Relatório prévio ao auditado da unidade/entidade auditada, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - formal do Relatório prévio ao dirigente máximo da unidade/entidade auditada, fixando prazo mínimo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - informal do Relatório final ao auditado da unidade/entidade auditada, fixando prazo máximo de dez dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.
 - formal do Relatório final ao auditado da unidade/entidade auditada, fixando prazo máximo de cinco dias úteis a partir da data de recebimento para manifestação, compatibilizando com os prazos requeridos pelo Tribunal de Contas da União.

29- Para realização de auditoria que esteja sob a responsabilidade da Secretaria Federal de Controle Interno, nos termos do Protocolo de Entendimentos, firmado entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Organismo Internacional de Recursos externos para os Projetos/Programas custeados com recursos deste órgão, os demonstrativos financeiros e contábeis, básicos e complementares, acompanhados das devidas notas explicativas, nos modelos estabelecidos pelas diretrizes do Banco, deverão ser encaminhados até

- a) o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro e referir-se à movimentação de recursos do exercício.
- b) o dia 30 ou 31 do trimestre subsequente e referir-se à movimentação de recursos do trimestre anterior.
- c) o dia 31 de julho e 31 de janeiro e referir-se ao semestre imediatamente anterior findo em 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente.
- d) o dia 31 de março de cada exercício financeiro e referir-se à movimentação de recursos do exercício.
- e) o dia 31 de janeiro de cada exercício financeiro e referir-se à movimentação de recursos do exercício imediatamente anterior.

30- A educação continuada e a atualização são fundamentais na manutenção da competência do auditor em suas funções. Assim, cada servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, visando manter-se atualizado no que se refere ao desempenho de suas atividades, deverá realizar, no mínimo,

- a) 16 horas-aula por ano.
- b) 40 horas-aula a cada dois anos.
- c) 16 horas-aula a cada dois anos.
- d) 24 horas-aula por ano.
- e) 40 horas-aula por ano.

POLÍTICAS SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA NO BRASIL

31- Numere a segunda coluna de acordo com a primeira. Em seguida, assinale a opção que contém a sequência correta.

- (1) Conjunto de decisões e ações relativas à alocação de recursos públicos visando a mitigar ou eliminar desigualdades permanentes e auto-reproduzidas, bem como assistir e fortalecer os segmentos mais vulneráveis da sociedade.
- (2) Direitos necessários ao exercício da liberdade individual, como por exemplo, o de ir e vir, de contratar, de empreender e de possuir propriedades.
- (3) Relação jurídico-política que define direitos e deveres de cada indivíduo, frente aos outros indivíduos e frente ao Estado.
- (4) Direitos que possibilitam a participação igualitária dos membros de uma sociedade nos seus padrões básicos de vida.
- (5) Conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.
- (6) Direitos que asseguram o exercício da capacidade de influir nas decisões políticas, seja diretamente por meio de atividade governamental ou associativa, seja indiretamente, por meio do voto.

- () Cidadania política
- () Política social
- () Cidadania social
- () Cidadania civil

- a) 6, 5, 4, 3
- b) 6, 1, 4, 2
- c) 3, 5, 2, 4
- d) 5, 1, 4, 2
- e) 5, 1, 2, 4

32- O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza resultam, primordialmente, da intensa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Na tentativa de corrigir esses problemas, especialmente durante a segunda metade da década de 90, as políticas sociais brasileiras apresentaram as seguintes características, exceto:

- a) Descentralização das ações da União para os estados, municípios e instituições da sociedade civil especialmente em áreas como saúde, educação, assistência social.
- b) Participação da sociedade na formulação, implementação e controle – pelo menos no plano formal – por meio de conselhos situados nas três esferas de governo, e que contam com integrantes governamentais e não governamentais.
- c) Regulação e regulamentação de bens e serviços públicos, definindo gradativamente novos parâmetros para a gestão e o controle da produção de bens e serviços de natureza social.
- d) Estratégias de integração intersetorial, contratação via concurso público de especialistas para carreiras específicas, treinamento regular e continuado dos servidores e avaliação sistemática dos resultados e impactos das ações empreendidas.
- e) Promoção de inovações sociais com ênfase no âmbito local como ponto privilegiado para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a busca de processos de participação democrática.

33- No debate sobre as políticas sociais, alguns analistas sustentam que o Estado brasileiro tem gasto bastante com ações cujo impacto na redução de pobreza seria mais significativo caso fossem mais focalizadas. Em consequência, freqüentemente se propõe a focalização das políticas sociais, em detrimento de políticas universais. Nos termos desse debate, indique a opção incorreta.

- a) A focalização ou a seletividade das ações é entendida como a concentração dos esforços e dos recursos na população mais carente, de forma a aliviar os altos custos sociais das políticas de ajuste fiscal.
- b) Originada no Consenso de Washington, a focalização enquanto seletividade das ações vem ganhando força em um contexto de crise do financiamento do gasto social, e no Brasil tem pautado o desenho e a implementação de vários programas sociais.
- c) A focalização ou seletividade das ações também pode ser entendida como uma estratégia para a universalização do atendimento, tendo como objetivo final beneficiar a todos, porém, primeiramente e mais a quem tem menos.

- d) A focalização diferencia-se da universalização por estar associada com medidas de promoção social e de fortalecimento da cidadania, vinculando-se os benefícios das políticas sociais ao cumprimento de exigências como freqüência escolar, vacinação infantil e outras.
- e) A universalização parte do princípio de que é preciso aumentar o gasto social, estatal e não estatal, para assegurar tanto a oferta irrestrita dos benefícios correspondentes aos direitos sociais quanto a execução de programas específicos de combate à pobreza, emergenciais e permanentes.

34- O debate sobre políticas sociais envolve conceitos diversos, como os de pobreza, desigualdade social, exclusão social. Considerando esse debate, assinale os enunciados falsos (F) e verdadeiros (V). Em seguida, escolha a opção que contém a seqüência correta.

- () Embora a pobreza apresente várias dimensões, que mudam conforme o tempo e o lugar, pode-se defini-la como a vulnerabilidade à fome e ao desabrigo e à perda das oportunidades de estudo e trabalho necessárias a uma existência digna.
- () O mais importante indicador da desigualdade social consiste na razão entre a renda média dos mais ricos e dos mais pobres em uma sociedade, já que impõe aos indivíduos a assimetria no acesso ao mercado.
- () A desigualdade de resultados refere-se à magnitude dos impactos sobre a vida dos indivíduos, das diferenças de renda e de acesso ao consumo.
- () A desigualdade social pode apresentar diversas dimensões, e afetar tanto as condições com que os indivíduos e grupos ingressam nas relações sociais, como as oportunidades a que têm acesso e os resultados que obtêm de suas ações.
- () A desigualdade de condições diz respeito à heterogeneidade de circunstâncias resultante de situações que estão além do controle dos indivíduos e que afetam decisivamente as suas oportunidades e os resultados dos seus esforços produtivos.

- a) V, V, F, F, V
- b) V, V, V, F, F
- c) V, F, F, F, V
- d) F, V, F, V, V
- e) V, F, F, V, V

35- Nos últimos dois anos, enquanto coube ao Ensino Fundamental cerca de 13% do gasto direto do Governo central brasileiro com educação e cultura, quase metade dos recursos públicos destinados ao Ensino Superior beneficiaram apenas indivíduos situados entre os 10% mais ricos da população. Sobre a política educacional brasileira, assinale a opção incorreta.

- a) O Brasil gasta com o ensino superior relativamente mais que os países ricos e muito mais que os países em desenvolvimento.
- b) As avaliações de desempenho dos alunos apontam uma baixa efetividade do ensino e da aprendizagem em disciplinas básicas e não deixam dúvida de que é baixa a qualidade do ensino básico no Brasil.
- c) O baixo desempenho dos alunos da educação básica resulta da combinação entre o insuficiente investimento público; a heterogeneidade da infraestrutura dos sistemas de ensino; a distorção idade-série; o nível de escolaridade dos professores; as condições socioeconômicas dos alunos.
- d) O Brasil é um dos países da América Latina com o maior índice de desigualdade do nível educacional entre indivíduos de diferentes faixas de renda.
- e) Um importante fator de correção das desigualdades na política educacional brasileira tem sido os benefícios tributários concedidos às entidades educacionais sem fins lucrativos.

36- No Brasil, apesar do reconhecimento do caráter essencial da provisão de habitação adequada e saneamento para a inclusão social e o combate à pobreza, significativas parcelas da sociedade encontram-se desprovidas desses benefícios sociais. Sobre esse tema, assinale, entre os enunciados a seguir, a única opção correta.

- a) A política brasileira de habitação, saneamento e assentamento urbano iniciou-se na década de 60, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação, cujos pilares eram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- b) Os problemas habitacionais urbanos compreendem a exclusão social e a segregação espacial da população pobre nas favelas e assentamentos informais, a escassez de serviços de infraestrutura urbana e a ocupação de áreas de risco e legalmente protegidas.
- c) A oferta de habitação é determinada pela disponibilidade de crédito para habitação, pelas condições macroeconômicas que afetam a renda familiar, por fatores demográficos e pela política tributária do governo.

- d) As políticas de saneamento afetam a morbidade e mortalidade infantil, as oportunidades de trabalho e renda, a capacidade de poupança das famílias, a formação de capital e as necessidades de financiamento do setor público.
- e) No Brasil, o déficit habitacional no meio rural refere-se principalmente à coabitação familiar e à rusticidade das habitações, enquanto no meio urbano observa-se um elevado déficit qualitativo, que se expressa pelo ônus excessivo com o aluguel, adensamento excessivo e carência ou inadequação de infra-estrutura.

37- Sobre as políticas sociais brasileiras, após o final da década de 90, indique a opção incorreta.

- a) Tanto na área de saúde, como de educação, grande parte das ações da União é executada de forma descentralizada pelos Estados e, principalmente, pelos municípios.
- b) Mesmo sendo da competência dos Estados e municípios, as áreas de habitação e saneamento recebem recursos da União, sendo que a ação do governo federal em saneamento prioriza as localidades rurais.
- c) Os recursos destinados à saúde têm-se elevado em decorrência da determinação constitucional de que a União aplique em saúde percentuais mínimos de suas receitas tributárias.
- d) Os benefícios assistenciais são concedidos, independentemente de contribuições, aos segmentos mais carentes da população segundo o critério de renda.
- e) Além dos programas federais, a sociedade brasileira tem podido contar com programas descentralizados de garantia de renda mínima, estaduais e municipais, cuja superposição tem contribuído para maior eficácia e eficiência na redução da desigualdade social.

38- O gasto público social é o instrumento central dos governos para a promoção da equidade na distribuição das oportunidades de acesso ao produto social e para a melhoria da distribuição da renda numa sociedade. Entre as assertivas abaixo, que versam sobre o gasto público social, assinale a única incorreta.

- a) Os efeitos redistributivos do gasto público social são determinados pela magnitude e pela forma de financiamento deste.
- b) No Brasil, o gasto social direto representa o maior item do dispêndio não financeiro do governo federal.
- c) O Brasil é um país de renda per capita relativamente baixa, mas tem alcançado uma arrecadação tributária equivalente à de países ricos.
- d) Embora quase metade da carga tributária brasileira seja composta de contribuições diretamente vinculadas a gastos na área social, persiste no Brasil uma das mais extremas situações de desigualdade de renda do mundo.
- e) A maior parcela dos recursos alocados na área social é absorvida pela previdência social – o regime geral da previdência social e o regime jurídico único para os funcionários federais.

39- Ao longo dos anos 90, o governo brasileiro privatizou mais de cem empresas estatais, gerando mais de US\$ 80 bilhões em receitas e dívidas transferidas. Essas privatizações

- beneficiaram apenas o governo central, que aplicou os recursos na amortização da dívida pública e no financiamento de programas federais.
- só foram realizadas depois de expressamente autorizadas pelo Congresso Nacional.
- foram conduzidas pelas agências reguladoras do respectivo setor, depois de definido o marco regulatório.
- asseguraram ao Estado o poder de veto nas decisões das empresas privatizadas por meio de ações de classe especial (*golden shares*).
- foram realizadas por meio das bolsas de valores, o que permitiu a participação de pequenos investidores, seguindo o modelo britânico.

Em relação à análise dos enunciados acima, assinale a opção correspondente.

- a) são todos corretos
- b) são todos incorretos
- c) apenas um está incorreto
- d) apenas um está correto
- e) dois são corretos, dois incorretos e um parcialmente correto

40- A privatização de empresas estatais foi um dos principais instrumentos dos programas de reforma do Estado empreendidos em todo o mundo no final do século XX. Para regular e fiscalizar os serviços privatizados, segundo os diferentes modelos adotados no Brasil, criaram-se autarquias especiais (agências reguladoras). Identifique nos enunciados a seguir aqueles que são falsos (F) e os que são verdadeiros (V). Em seguida, escolha a opção que contém a sequência correta.

- () A construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) é um empreendimento privado que depende de autorização pela ANEEL.
- () O modelo de privatização adotado para as ferrovias foi o de arrendamento dos ativos operacionais da RFFSA.
- () Após a privatização do Sistema Telebrás, compete à Anatel conceder e renovar as concessões de telefonia fixa e móvel.
- () As agências são autarquias especiais devido à natureza de suas atribuições.

- a) V, F, V, F
- b) F, V, F, V
- c) V, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, V, V, F

41- A reforma do marco regulatório das telecomunicações fez com que a Anatel assumisse uma série de atribuições. Algumas atribuições, entretanto, foram retidas pelo Poder Executivo. Indique quais das atribuições abaixo indicadas continuam a ser de competência do Poder Executivo:

- Nomear os cinco membros integrantes do Conselho Diretor;
- Aprovar o plano geral de outorgas;
- Aprovar o plano geral de metas para universalização;
- Instituir modalidades de prestação de serviços no regime público;
- Estabelecer os limites à participação estrangeira no capital dos operadores de telecomunicações.

- a) nenhuma
- b) todas
- c) apenas uma
- d) apenas quatro
- e) apenas três

42- Uma importante característica das agências reguladoras é a amplitude de seus poderes, entre os quais são inquestionavelmente admitidos todos os indicados nas opções abaixo, exceto:

- a) o poder normativo, que consiste em editar comandos para o setor regulado, complementando os comandos legais existentes.
- b) o poder de outorga, que seria a prerrogativa da emissão, de acordo com as políticas públicas, de licenças, autorizações e concessões.
- c) o poder de fiscalização, que consiste no monitoramento e aferição das atividades reguladas.
- d) o poder sancionatório, que consiste na competência de aplicar advertências, multas ou cassar licenças.
- e) o poder de recomendação, que consiste na competência para subsidiar, informar e orientar os agentes participantes do processo regulatório.

43- Sob a perspectiva da autonomia das agências reguladoras, assinale a única opção correta.

- a) Para a efetivação da independência é indispensável a decisão colegiada por membros investidos de mandato, a ausência de controle hierárquico, a liberdade administrativa, a autonomia financeira e um regime de pessoal compatível com a importância das atribuições da agência.
- b) A independência em relação aos agentes regulados envolve o risco do populismo regulatório, podendo a agência se transformar em um órgão promotor apenas do interesse dos grupos sociais mais numerosos.
- c) A independência em relação aos consumidores ou usuários envolve o risco de captura, por isso é essencial a utilização de mecanismos como a quarentena para os ocupantes dos cargos mais elevados na agência.
- d) A independência em relação ao poder político resulta principalmente da legitimidade baseada no reconhecimento da competência técnica da agência e de um arcabouço legal consistente o suficiente para evitar as vicissitudes do ambiente político.
- e) A independência frente aos poderes dominantes na sociedade pode ser fortalecida pela obrigatoriedade de assessoramento especializado e de consulta ou audiência pública antes de tomada de decisões relevantes pelas agências.

44- As agências reguladoras de serviços públicos brasileiras são autarquias especiais, dotadas de autonomia em relação à administração federal. Isso significa que:

- Compete exclusivamente ao Poder Executivo a iniciativa de propor a constituição de agências reguladoras.
- Compete às próprias agências definir os critérios de reajustes das tarifas dos serviços públicos por elas regulados.
- O número de diretores e as atribuições de cada um deles variam conforme a agência.
- O desempenho das diretorias das agências é avaliado nos termos dos contratos de gestão firmados a cada quatro anos.
- É vedado ao Poder Executivo interferir na execução do orçamento das agências, uma vez aprovado por suas diretorias.

Sobre os enunciados acima, é certo afirmar que:

- a) são todos corretos
- b) são todos incorretos
- c) apenas um está correto
- d) há dois corretos
- e) há três corretos

45- No âmbito das transformações do papel do Estado no Brasil a partir da década de 90, entre as diversas medidas adotadas, foi delegada à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, estabelecendo um novo formato de atuação reguladora do Estado. Sobre essa temática, assinale os enunciados falsos (F) e verdadeiros (V). Em seguida, selecione a opção que contém a seqüência correta.

- () A delegação dos serviços públicos à iniciativa privada vem sendo realizada mediante concessão, concessão precedida da execução da obra pública, permissão e autorização, dependendo de cada setor e do arcabouço legal que o rege, a modalidade a ser empregada.
- () Está plenamente reconhecida a competência dos Tribunais de Contas para exercer o controle da regulação de serviços públicos concedidos, principalmente quando se trata da exploração de rodovias federais pelos Estados, mediante delegação da União.
- () Um dos primeiros setores brasileiros a experimentar a delegação dos serviços públicos à iniciativa privada, na década passada, foi o de rodovias, pois antes mesmo de ser editada a Lei Geral de Concessões, foi criada a primeira versão do Programa de Concessões de Rodovias Federais.
- () Nem a Lei que dispõe acerca das concessões em geral, nem as normas que regem as concessões em determinadas áreas específicas excluem inequivocamente a possibilidade da esfera administrativa pública alterar unilateralmente os contratos de concessão e permissão.

- a) V, F, V, F
 b) F, V, F, V
 c) V, V, F, F
 d) F, F, V, V
 e) V, F, F, V

CONTABILIDADE:

GERAL

46- Na empresa Mercantil Limitada os bens de venda são controlados separadamente. A ficha de controle de estoques do item "X" de mercadorias teve um fluxo físico como segue:

entradas:		
30/09	200 unidades	
10/10	100 unidades	
25/10	150 unidades	
saídas:		
15/10	150 unidades	
30/10	200 unidades	

O custo unitário foi, respectivamente, de R\$ 10,00, R\$ 16,00 e R\$ 14,00. O preço unitário de venda foi uniforme em R\$ 20,00.

Não há nesses valores nenhuma implicação de ordem tributária.

Como a empresa utiliza o critério de avaliação denominado média ponderada móvel, pode-se dizer que o custo das mercadorias vendidas (CMV) será de

- a) R\$ 4.400,00
 b) R\$ 4.375,00
 c) R\$ 4.300,00
 d) R\$ 4.434,50
 e) R\$ 4.665,50

47- A seguir são apresentados cinco lançamentos contábeis sobre a quitação de um título de crédito de R\$ 800,00. Apenas um deles não está correto nem adequado a seu próprio histórico. Assinale a opção que o contém.

- a) Diversos
 a Títulos a Receber
 Pela quitação que ora se faz, como segue:
 Caixa
 Valor líquido ora recebido 720,00
 Descontos Passivos
 Valor de 10% concedido como desconto 80,00 800,00
- b) Caixa
 a Diversos
 Pela quitação que ora se faz, como segue:
 a Títulos a Receber
 Valor principal do título 800,00
 a Juros Ativos
 Valor de 10% incidente como juros 80,00 880,00
- c) Títulos a Pagar
 a Diversos
 Pela quitação que ora se faz, como segue:
 a Bancos c/Movimento
 Valor líquido conforme cheque 720,00
 a Descontos Ativos
 Valor de 10% obtido como desconto 80,00 800,00

d) Diversos
a Bancos c/Movimento
Pela quitação que ora se faz, como segue:

Títulos a Pagar		
Valor principal do título	800,00	
Juros Passivos		
Valor de 10% incidente como juros	<u>80,00</u>	<u>880,00</u>

e) Diversos
a Títulos a Receber
Pela quitação que ora se faz, como segue:

Bancos c/Movimento		
Valor líquido recebido conforme cheque	720,00	
Descontos Ativos		
Valor de 10% concedido como desconto	<u>80,00</u>	<u>800,00</u>

48- A Cia. de Comércio Zinho apresenta a relação de contas abaixo, com respectivos saldos, para organizar o balancete, balanço e resultado.

C o n t a s	Saldos em R\$
Adiantamentos a Fornecedores	90
Adiantamentos de Clientes	50
Ações de Coligadas	800
Amortização Acumulada	60
Aluguéis Passivos	250
Caixa	100
Clientes	180
Capital Social	2.500
Capital a Realizar	350
Custo das Mercadorias Vendidas	900
Duplicatas a Receber	400
Duplicatas Descontadas	220
Duplicatas a Pagar	290
Depreciação Acumulada	110
Despesa de Comissões	200
Fornecedores	400
Impostos a Recolher	40
ICMS sobre Vendas	340
Impostos e Taxas	180
Juros Ativos	130
Lucros Acumulados	133
Mercadorias	300
Móveis e Utensílios	1.000
Marcas e Patentes	250
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Provisão para FGTS	120
Reservas de Lucros	320
Receitas de Vendas	1.800
Receitas Financeiras	50
Salários a Pagar	200
Salários e Ordenados	300
Veículos	800

Considerando apenas os saldos devedores da relação apresentada, teremos o valor de

- a) R\$ 3.513,00
- b) R\$ 5.683,00
- c) R\$ 6.033,00
- d) R\$ 6.400,00
- e) R\$ 6.440,00

Rascunho

49- O nosso Ativo Imobilizado consta apenas de Equipamento adquirido por R\$ 60.000,00, em abril de 2002, e Veículo comprado em julho do mesmo ano, por R\$ 45.000,00, com utilização imediata.

Para fins de apropriar o desgaste físico, nós consideramos a vida útil de 10 anos e 5 anos, respectivamente, com valor residual de 20%.

O encargo de depreciação contabilizado no exercício social de aquisição (2002) foi no valor de

- a) R\$ 4.500,00
- b) R\$ 6.600,00
- c) R\$ 7.200,00
- d) R\$ 8.400,00
- e) R\$ 12.500,00

50- A Arvorebrás tem um patrimônio líquido de R\$ 1.500.000,00 e possui 18% das ações emitidas pela Piauí Queijos & Doces, sendo sua coligada. O investimento não é considerado relevante, nem avaliado por equivalência patrimonial.

No fim do exercício social a investida apurou lucro líquido de R\$ 25.000,00 e destinou 40% para o pagamento de dividendos.

Ao receber a comunicação desses fatos a investidora deverá contabilizar

- | | | | |
|----|-------------------------------------|----------|----------|
| a) | Débito de Ativo Permanente | 4.500,00 | |
| | a Crédito de Receitas | | 4.500,00 |
| b) | Débito de Ativo Circulante | 4.500,00 | |
| | a Crédito de Receitas | | 4.500,00 |
| c) | Débito de Ativo Permanente | 1.800,00 | |
| | a Crédito de Resultado do Exercício | | 1.800,00 |
| d) | Débito de Ativo Circulante | 1.800,00 | |
| | a Crédito de Resultado do Exercício | | 1.800,00 |
| e) | Débito de Ativo Permanente | 2.700,00 | |
| | Débito de Ativo Circulante | 1.800,00 | |
| | a Crédito de Resultado | | 4.500,00 |

51- A Cia. de Comércio Zão apresenta a relação de contas abaixo, com respectivos saldos, para organizar o balancete, balanço e resultado.

C o n t a s	saldos em R\$
Ações de Coligadas	800
Amortização Acumulada	60
Aluguéis Passivos	250
Caixa	100
Clientes	180
Capital Social	2.500
Capital a Realizar	350
Custo das Mercadorias Vendidas	900
Duplicatas a Receber	400
Duplicatas Descontadas	220
Duplicatas a Pagar	290
Depreciação Acumulada	110
Despesa de Comissões	200
Fornecedores	400
Impostos a Recolher	40
ICMS sobre Vendas	340
Impostos e Taxas	180
Juros Ativos	230
Lucros Acumulados	33
Mercadorias	300
Móveis e Utensílios	1.000
Marcas e Patentes	250
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Provisão para FGTS	120
Reservas de Lucros	320
Receitas de Vendas	1.980
Receitas Financeiras	150
Salários a Pagar	200
Salários e Ordenados	300
Veículos	1.120

Com base nos saldos da relação acima, a empresa elaborou a DRE. Do lucro líquido apurado no exercício, a empresa destinou apenas R\$ 57,00 para o imposto de renda e R\$ 7,00 para a constituição da reserva legal. Nesta hipótese, a última linha de valor da DRE será Lucro Líquido do Exercício de

- a) R\$ 190,00
- b) R\$ 133,00
- c) R\$ 126,00
- d) R\$ 116,00
- e) R\$ 109,00

52- Em 31 de dezembro de 2003, após contabilizar o encerramento das contas de receitas e de despesas, a empresa constatou a existência de R\$ 150.000,00 de lucro líquido do exercício antes do imposto de renda, da CSLL e das participações.

A distribuição do lucro promovida em seguida contemplou:

- participação de administradores de 10% do lucro;
- participação de empregados de R\$ 10.000,00;
- provisão para imposto de renda e CSLL de R\$ 40.000,00;
- constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro;
- constituição de reserva estatutária de 10% sobre o lucro;
- dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado para este fim.

Promovendo-se corretamente o cálculo e a contabilização acima indicados, a conta Dividendos a Pagar, cujo saldo era zero, aparecerá no balanço patrimonial com saldo de

- a) R\$ 22.950,00
- b) R\$ 26.650,00
- c) R\$ 27.000,00
- d) R\$ 30.000,00
- e) R\$ 33.000,00

PÚBLICA

53- Sobre o Plano de Contas da Administração Federal, não podemos afirmar que:

- a) é composto também de uma tabela de eventos.
- b) desdobra-se em 9 (nove) níveis, relativos a 12 (doze) dígitos, indo desde "Classe" até "Conta Corrente".
- c) na Tabela de Contas Correntes, constam campos específicos para "Nota de Empenho" e para "Fonte de Recursos".
- d) são classificadas como "Exigível a Longo Prazo" aquelas obrigações que são exigíveis após o término do exercício financeiro seguinte.
- e) possui como conta do ativo a Conta Única do Tesouro Nacional.

54- Sobre a Tabela de Eventos do SIAFI podemos afirmar que:

- a) um evento de classe 40.0.xxx indica movimentação de crédito.
- b) um evento de classe 10.0.xxx indica uma dotação de despesa.
- c) um evento de classe 30.0.xxx indica empenho de despesa.
- d) um evento de classe 70.0.xxx indica liquidação de Restos a Pagar.
- e) um evento de classe 80.0.xxx indica um embolso financeiro.

55- Sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, não podemos afirmar que:

- a) para emissão de Pré-Empenho (PE), esta modalidade somente pode ser utilizada quando for inviável a utilização da Nota de Empenho (NE).
- b) a utilização da Ordem Bancária (OB) busca evitar que sejam retirados valores da conta bancária da Unidade Gestora (UG) sem o devido registro no SIAFI.
- c) a Nota de Lançamento (NL) somente deve ser utilizada para indicar movimentações de numerário.
- d) a utilização do Pré-Empenho (PE) bloqueia o valor correspondente da dotação da UG.
- e) a Guia da Previdência Social (GPS) é utilizada pelas UG para efetuarem retenções de valores de terceiros ao INSS.

- 56- Sobre o Balanço Orçamentário, podemos afirmar que:
- o Resultado Orçamentário negativo é demonstrado na coluna “Despesa Fixada”.
 - sua classificação para despesas é subdividida em “Despesas Financeiras” e “Despesas Orçamentárias”.
 - independe da realização ou não da arrecadação de receitas tributárias.
 - demonstra as despesas e receitas previstas, confrontando-as com aquelas realizadas.
 - o superávit na arrecadação não caracteriza superávit orçamentário.
- 57- Sobre o Balanço Financeiro, não podemos afirmar que:
- informa os créditos a disposição das Unidades Gestoras.
 - informa o montante das contas de resultado.
 - os valores relativos à inscrição de Restos a Pagar no exercício são computados como receita extra-orçamentária.
 - como dispêndios extra-orçamentários no exercício são computados os pagamentos de Restos a Pagar inscritos no exercício anterior.
 - oferece subsídios para o cálculo de Indicadores de Gestão.
- 58- Indique, nas opções abaixo, qual das proposições a seguir está em desacordo com o definido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, previsto nos arts. 52 e 53, deverá ser composto, também, por um balanço orçamentário.
 - o RREO deverá ter, destacados, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária, nas operações de crédito e nas despesas com amortização de dívida.
 - o Relatório de Gestão Fiscal – RGF – deverá ser emitido semestralmente pelos titulares definidos no art. 20 da LRF.
 - o RGF também deverá ser assinado pelo controle interno.
 - o descumprimento do prazo de entrega do RREO e do RGF sujeita o ente à sanção.
- 59- São deduzidos do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, para a composição da chamada “Receita Corrente Líquida da União”, exceto:
- as transferências para o Fundo de Participação dos Estados.
 - as transferências para o Fundo de Participação dos Municípios.
 - as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, para contagem recíproca do tempo de contribuição, para efeito de aposentadoria.
 - as contribuições de servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
 - os valores transferidos, voluntariamente, aos Estados, para implementação de PDV (Programa de Demissão Voluntária).
- 60- No ano de 2001, a União criou uma empresa pública de natureza não-financeira, denominada XPTO. A lei de criação da empresa previa, em seu art. 1º, que a empresa teria seu estatuto definido por Decreto, não informando se a mesma era ou não uma empresa estatal dependente. Inicialmente, foram integralizados R\$ 2 bilhões. Ao operar, a empresa sistematicamente realiza prejuízo, o que consome seu Patrimônio Líquido. Para que a empresa não sofra uma crise de liquidez, semestralmente, a União realiza aportes de capital da ordem de R\$ 1 bilhão, por meio de Decreto. Aponte, entre as opções abaixo, a análise que melhor adere ao definido na Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- conforme definido no art. 2º, III, da LRF, a empresa XPTO não pode ser considerada uma estatal dependente pois não ficou caracterizado que ela recebe recursos para suas despesas de custeio.
 - como a empresa em comento recebeu aportes de capital por meio de decreto, a mesma não pode ser considerada uma estatal dependente.
 - a empresa em comento, dependente ou não, deve receber aportes de capital por meio de lei específica.
 - ela somente poderia ser classificada como dependente se recebesse expressamente aportes de capital para suas despesas com pessoal.
 - os aportes de capital citados não podem ser caracterizados como “Despesas de Capital”, que são aquelas relativas à aquisição de bens permanentes.



CONCURSO PÚBLICO PARA ANALISTA DE FINANÇAS
E CONTROLE - AFC - CGU - 2003/2004

Prova 3 (aplicada em 18/01/2004 - DOMINGO-TARDE)

ÁREA AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO					
01 - C	11 - A	21 - A	31 - B	41 - B	51 - B
02 - B	12 - B	22 - C	32 - D	42 - C	52 - B
03 - A	13 - E	23 - E	33 - D	43 - A	53 - B
04 - B	14 - A	24 - B	34 - E	44 - C	54 - E
05 - C	15 - D	25 - D	35 - E	45 - A	55 - A
06 - E	16 - B	26 - A	36 - B	46 - A	56 - D
07 - D	17 - A	27 - D	37 - E	47 - E	57 - A
08 - D	18 - E	28 - C	38 - A	48 - E	58 - C
09 - E	19 - D	29 - E	39 - D	49 - C	59 - E
10 - C	20 - C	30 - B	40 - C	50 - D	60 - C

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF**

EDITAL ESAF Nº 16, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2004

**CONCURSO PÚBLICO PARA ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE DA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-ESAF, no uso de suas atribuições, observadas as disposições contidas no Edital ESAF nº 48, de 17/11/2003, publicado no Diário Oficial da União de 18/11/2003 e em acolhimento aos pronunciamentos da Banca Examinadora emitidos em razão dos recursos apresentados às Provas Objetivas 1, 2 e 3 do concurso público para o cargo de Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, realizado nos dias 17 e 18 de janeiro de 2004, resolve:

I - ANULAR as questões abaixo relacionadas e atribuir os pontos a elas correspondentes a todos os candidatos, independentemente de terem os mesmos recorrido:

a) na prova 1 - a questão nº 37, da disciplina Raciocínio Lógico-Quantitativo;

b) na prova 2 - a questão nº 11 da disciplina Fundamentos de Contabilidade Geral e Pública e nº 38, da disciplina Direito Constitucional;

c) na prova 3 - Área Auditoria e Fiscalização: as questões nºs 23 e 28 da disciplina Auditoria; a questão 42 da disciplina Políticas Sociais e de Infra-estrutura no Brasil; as questões nºs 52, 55, 56 e 57 da disciplina Contabilidade;

d) na prova 3 - Área Correição: as questões nºs 25 e 26 da disciplina Correição no Poder Executivo Federal; a questão nº 43 da disciplina Ética Pública;

e) na prova 3 - Área Tecnologia da Informação: a questão nº 19 da disciplina Informática.

II - VALIDAR os gabaritos divulgados, para fins de recurso, com as anulações constantes do item I deste Edital

III - JULGAR improcedentes os demais recursos apresentados;

IV - DIVULGAR, em anexo, a relação dos candidatos aprovados na Primeira Etapa do concurso, observados os critérios de habilitação e classificação e de desempate estabelecidos, respectivamente, nos subitens 9.1, 9.2 e 9.3, e, ainda, o disposto nos subitens 5.5 letra "c", 5.9 e 13.2 do Edital ESAF nº 48/2003, regulador do concurso;

V – ESTABELEECER, com amparo no subitem 14.8 do Edital ESAF nº 48/2003, que:

a) a Unidade da Federação de Lotação para a qual o candidato se classificou, indicada no Anexo deste Edital, é de caráter provisório, considerando eventuais desistências que poderão ocorrer quando da convocação para matrícula, em primeira chamada, na Segunda Etapa (Curso de Formação);

b) havendo desistências, na fase de matrícula em primeira chamada, serão reprocessadas as opções dos candidatos e será divulgada a Unidade da Federação de Lotação definitiva, com estrita observância da ordem de classificação na Primeira Etapa, das opções de preferência indicadas pelos candidatos e da distribuição das vagas por Unidade da Federação, de conformidade com os dispositivos editalícios pertinentes ao assunto estabelecidos no Edital regulador do certame.

c) persistindo outras desistências, antes do início do Curso de Formação, que motivem mais convocações, a Unidade da Federação de Lotação definitiva do candidato convocado será aquela correspondente à do desistente.

VI - CONSIDERAR reprovados, para todos os efeitos, os demais candidatos, de conformidade com o subitem 9.5 do supracitado Edital, observado o subitem 10.4 do mesmo Edital.

REYNALDO FERNANDES